

Rudolf Steiner

# Economia e Sociedade

à luz da Ciência Espiritual

*Ensaio em três artigos de 1905—1906*

Tradução de  
Marco Bertalot

## Prefácio à edição brasileira

Hoje, Rudolf Steiner certamente percorreria outros caminhos<sup>1</sup> para chegar à mesma formulação da ‘Lei Social Principal’, com a qual culminam estes três artigos escritos para a revista alemã *Lucifer Gnosis* nos anos 1905–6. Essa ‘Lei Social Principal’ é um dos quatro princípios básicos que configuram o ‘Impulso Social Antroposófico’.<sup>2</sup> Este, por sua vez, não aparece claramente definido na obra de Rudolf Steiner, mas permeia muitos de seus livros e também palestras proferidas ao longo de sua vida.

Numa série de cinco artigos publicados na revista holandesa *Triodos* (nº 22 a 26), o consultor e pedagogo social Lex Bos demonstrou que essa ‘Lei Social Principal’ é uma inversão exata do princípio do proveito próprio, enunciado por Adam Smith mais de dois séculos atrás. Este chamado ‘pai da ciência econômica’ propunha que a economia fosse estruturada com base em tal princípio, pois uma ‘mão invisível’ se incumbiria de reverter para a comunidade todos os resultados do trabalho motivado pelo egoísmo. Nos mesmos artigos, Lex Bos demonstrou também que o princípio do proveito próprio é até hoje a base de nossas instituições<sup>3</sup>, e que a inversão deste, isto é, a organização das instituições em conformidade com a referida ‘Lei Social Principal’, contribuiria para a renovação da sociedade. Ainda conforme Lex Bos, é perfeitamente possível criar instituições que correspondam a essa lei:

Nelas as pessoas poderão desenvolver suas aptidões; e — se o empreendimento tiver comunicação suficiente com a ordem estabelecida — daí poderão emanar influências, impulsos e ações que abrirão o caminho para uma gradual ampliação e difusão dessas instituições.

Espero que estas páginas, cuja tradução é apenas uma das possíveis, possam contribuir para tomarmos em *nossas próprias mãos* aquilo que até agora temos confiado à famosa ‘mão invisível’, hoje denominada ‘livre concorrência’ por uns e ‘poder público’, por outros. Livres, assim, de inúmeras teorias abstratas, talvez possamos corresponder mais ao que a realidade social exige de todos nós.

O Tradutor

---

<sup>1</sup> Isto fica claro já pelo que escreve na *pág.* 16: “Na medida em que as condições o permitam, a Ciência Espiritual também encontrará as formas de expressão apropriadas para falar ainda a outros círculos. Somente quem oferecer dogmas prontos e rígidos poderá acreditar que a forma atual dos ensinamentos da Ciência Espiritual seja definitiva, ou até mesmo a única possível.”

<sup>2</sup> É o que foi demonstrado por Dieter Brüll em seu livro intitulado *Der anthroposophische Sozialimpuls* (Schaffhausen: Novalis Verlag, 1983), publicado também na revista mensal *INFO 3* (Frankfurt) a partir do número 1/1983.

<sup>3</sup> Instituições no sentido lato e sociológico da palavra.

## 1.

### Teoria acadêmica, prática da vida e conhecimento espiritual

Quem, hoje em dia, observa de ‘olhos abertos’ o mundo ao seu redor vê surgir vigorosamente, por toda parte, a assim chamada ‘questão social’. Os que levam a vida a sério devem, de alguma forma, pensar sobre aspectos relacionados com essa questão. Parece evidente que uma concepção de mundo que procura corresponder aos mais elevados ideais da humanidade também deva, forçosamente, posicionar-se diante das exigências sociais. A Ciência Espiritual quer ser, para a atualidade, essa concepção de mundo. Por isso, é bem natural que se façam perguntas sobre seu posicionamento a tal respeito.

A princípio pode parecer que a Ciência Espiritual nada teria de especial a dizer nesse sentido. A interiorização da vida anímica e o despertar da visão para um mundo espiritual são reconhecidas como sendo suas características mais marcantes. Numa observação sem preconceitos, mesmo os que se ocuparam superficialmente com as idéias divulgadas por oradores e autores que se orientam pela Ciência Espiritual poderão reconhecer tal anseio. Porém reconhecer que esses anseios tenham um sentido *prático* já é bem mais difícil, principalmente quando se trata de sua relação com a questão social. Muitos perguntarão a respeito das possibilidades que tem uma doutrina de contribuir para a situação social quando se ocupa com ‘reencarnação’, com ‘carma’, com ‘mundos supra-sensíveis’, com a ‘origem do ser humano’, etc. Tal rumo de pensamentos parece pairar acima das nuvens, ao passo que hoje seria extremamente necessário cada um concentrar seu pensar nas tarefas propostas pela realidade exterior.

Procuraremos caracterizar duas das muitas diferentes opiniões que necessariamente devem surgir em relação à Ciência Espiritual.

Uma delas consiste em considerá-la fantasia desenfreada. É natural que exista tal opinião, e esta não parece incompreensível, principalmente ao aspirante à Ciência Espiritual. Toda conversa ao seu redor, tudo o que acontece à sua volta, tudo o que alegria ou entristece as pessoas, tudo isto pode mostrar a ele que, para muitos, sua maneira de falar parecerá inicialmente tola. A esta compreensão de seu meio, no entanto, ele deverá acrescentar a segurança inabalável de estar no bom caminho. Se assim não fosse, ele mal conseguiria manter sua posição ao confrontar suas idéias com as de tantos pensadores. Tendo a segurança necessária e conhecendo a verdade e a consistência de sua concepção, poderá dizer a si mesmo: “Sei muito bem que atualmente posso ser considerado um fantasista, e as razões disto me são conhecidas, mas a verdade deve atuar mesmo quando ridicularizada, e sua efetividade não depende das opiniões que se têm a seu respeito, mas de sua base consistente.”

A Ciência Espiritual é ainda atingida por outra opinião que, apesar de considerar seus pensamentos belos e adequados, só lhe atribui valor em relação à vida anímica, e não em relação à luta da vida prática. Mesmo os que procuram o alimento da Ciência Espiritual para satisfazer suas próprias necessidades podem facilmente ser tentados a dizer: “Bem, esse ideário não pode dar esclarecimento algum sobre como enfrentar a miséria social e a penúria material.” Ora, é justamente esta opinião que se baseia num total desconhecimento dos verdadeiros fatos da vida e, principalmente, numa interpretação equivocada dos frutos resultantes da Ciência Espiritual. É que, quase sem exceção, pergunta-se apenas: o que a Ciência Espiritual ensina? Como provar suas afirmações? Então se busca obter o fruto no sentimento de satisfação haurido de seus ensinamentos. Isto é mais

do que natural, pois de início é necessário a pessoa adquirir uma sensação de verdade nas afirmações com as quais se depara. Porém o verdadeiro *fruto* da Ciência Espiritual não pode ser buscado nesta direção; ele se mostra apenas quando o aspirante à Ciência Espiritual aborda as tarefas da vida prática. Trata-se, portanto, de saber se a Ciência Espiritual o ajuda a assumir essas tarefas com discernimento e, compreensivamente, procurar os meios e caminhos para soluções. Quem quer atuar na vida deve primeiro compreendê-la. Aqui reside o cerne da questão. Enquanto se estagna na pergunta “O que a Ciência Espiritual *ensina?*”, pode-se considerar seus ensinamentos demasiadamente ‘elevados’ para a prática da vida. Ao se focar, porém, a disciplina pela qual passam o pensar e o sentir ao se ocuparem desses ensinamentos, tais objeções cessarão. Por mais estranho que isto pareça à observação superficial, é uma verdade: os pensamentos da Ciência Espiritual, aparentemente pairando acima das nuvens, desenvolvem uma visão para uma condução correta da vida cotidiana. E é justamente pelo fato de conduzir o espírito a alturas suprasensíveis que a Ciência Espiritual aguça a compreensão relativa às exigências sociais. Por mais contraditório que pareça, isto é verdadeiro.

Um exemplo poderá esclarecer o que foi dito. Há pouco tempo surgiu um livro extremamente interessante: ‘Trabalhando como operário nos EUA’.<sup>4</sup> Seu autor é *Kolb*, o conselheiro de Estado que empreendeu a façanha de passar vários meses nos Estados Unidos como simples trabalhador. Nesse período ele formou, a respeito das pessoas e da vida, um juízo que evidentemente não lhe pôde ser transmitido nem pelo caminho da erudição, através do qual ele se tornou conselheiro de Estado, nem tampouco pelas experiências colhidas nesse cargo e nas funções anteriores. Assim, durante anos ele exerceu função de relativa responsabilidade, e apenas no momento em que a deixou, vivendo – por pouco tempo – num país distante, é que chegou a conhecer a vida de maneira a poder escrever a seguinte frase, digna de consideração:

Quantas vezes, anteriormente, ao ver uma pessoa sadia pedindo esmolas, eu não perguntara: por que não trabalha, este vagabundo? Agora eu sabia: *na teoria tudo é diferente do que é na prática, e na escrivania é bem tolerável lidar com qualquer teoria econômica, mesmo as mais indigestas.*

Não se pretende aqui provocar mal-entendido algum. Deve-se todo o reconhecimento a um homem que resolveu deixar uma situação confortável para trabalhar arduamente numa cervejaria e numa fábrica de bicicletas. Cabe, logo de início, salientar ao máximo a consideração por este feito, a fim de evitar a impressão de esse homem estar sendo submetido a uma crítica rebaixante; mas, a quem *queira* ver, fica incondicionalmente claro que todo o estudo, toda a ciência que esse homem percorreu não lhe bastaram para a formação de um juízo sobre a vida. Procure-se ter bem claro *o que* se revela nisso: pode-se aprender tudo o que atualmente habilita alguém a galgar posições de relativa liderança, e no entanto pode-se ficar totalmente distante da vida na qual é preciso agir.

Não seria isto como se uma escola nos formasse para construir pontes, mas depois, quando nos deparássemos com a tarefa de construir uma, nós não soubéssemos fazê-lo? Não, não é bem assim, pois quem se prepara mal para fazer pontes logo perceberá suas deficiências ao deparar-se com a prática. Por toda parte ele será recusado, por ser considerado um charlatão. Contudo, as deficiências de quem se prepara mal para atuar na vida social não se evidenciam tão facilmente. Pontes mal construídas desabam, e mesmo a pessoa mais imparcial se convencerá de que o construtor foi um incompetente. Porém os erros na atuação social se mostram apenas no sofrimento das pessoas. E a relação entre esse sofrimento e a incompetência, neste caso, não é tão facilmente visível como no caso

---

<sup>4</sup> Alfred Kolb, *Als Arbeiter in Amerika* (4. ed. Berlim, 1905), pp. 31 ss.

da ponte, isto é, entre seu desabamento e a incompetência de seu construtor.

“Sim”, dirão, “mas o que tudo isso tem a ver com a Ciência Espiritual? Acaso seu seguidor convicto acredita que esses ensinamentos pudessem ter propiciado ao conselheiro Kolb uma melhor compreensão da vida? De que lhe teria adiantado saber algo a respeito de ‘reencarnação’, de ‘carma’ e de todos os ‘mundos superiores’? Ninguém vai querer afirmar que as idéias a respeito de sistemas planetários e mundos superiores poderiam ter resguardado o citado conselheiro de um dia ter de confessar “que na escrivania é bem tolerável lidar com qualquer teoria econômica, mesmo as mais indigestas”. É agora que o seguidor da Ciência Espiritual – como Lessing, em determinado caso<sup>5</sup> – poderá responder: “Eu sou esse ‘ninguém’, eu afirmo isso.” Mas isto não deve ser entendido coma se alguém, de posse dos ensinamentos da ‘reencarnação’ ou do saber a respeito do ‘carma’, estivesse em condições de agir adequadamente no âmbito social. Isto, obviamente, seria ingênuo. É claro que não se pode remeter um candidato a conselheiro de Estado à *Doutrina Secreta* da Blavatsky<sup>6</sup>, em vez de mandá-lo à universidade junto a Schmoller, Wagner ou Brentano.<sup>7</sup> Trata-se, isto sim, de saber: será que a teoria econômica desenvolvida por um seguidor da Ciência Espiritual será fácil de lidar na escrivania, porém inconsistente diante da vida? Isto é o que justamente ela não será. *Quando* é que uma teoria não resiste perante a vida? Quando resulta de uma atividade pensante que não foi educada para a vida. Acontece que os ensinamentos da Ciência Espiritual são as verdadeiras leis da vida, da mesma forma como o são os ensinamentos da eletricidade para uma fábrica de aparelhos elétricos. Quem deseja instalar uma fábrica deve, primeiro, adquirir os conhecimentos da eletricidade; e quem quer atuar na vida deve conhecer suas leis. Na realidade, os ensinamentos da Ciência Espiritual estão tão perto da vida quanto aparentam estar longe. Ao olhar superficial eles parecem alheios ao mundo, mas à verdadeira compreensão revelam a vida. Não é apenas por mera curiosidade que formamos círculos de ‘Ciência Espiritual’, para lá obtermos ‘interessantes’ esclarecimentos a respeito de outros mundos; lá se treina o pensar, o sentir e o querer nas ‘leis eternas da existência’, a fim de despontar para a vida e compreender essa vida com um olhar claro e lúcido. Os ensinamentos da Ciência Espiritual são um caminho indireto para a formação de um pensar, um julgar e um sentir *repletos de vida*.

O movimento da Ciência Espiritual só estará em seus bons trilhos quando isto for plenamente reconhecido. Um agir correto nasce de um correto pensar; e um agir incorreto nasce de um pensar incorreto ou da ausência de pensamentos. Quem ainda quiser acreditar na possibilidade de atuar positivamente no âmbito social deverá admitir que tal atuação depende das *habilidades humanas*. Trabalhar em si mesmo por meio das idéias da Ciência Espiritual significa potencializar as habilidades para uma atuação social. Neste sentido, não vem apenas ao caso quais pensamentos se adquirem por intermédio dela, mas *qual* a transformação que, *por meio de tais pensamentos, provocamos em nosso próprio pensar*.

Certamente cabe admitir que nos próprios círculos ligados à Ciência Espiritual ainda não se pode perceber muito trabalho nesse sentido. Do mesmo modo, não podemos negar que justamente por esta razão os estranhos à Ciência Espiritual ainda tenham fortes motivos para duvidar das afirmações feitas acima; mas também não se deve deixar de considerar o fato de o movimento da Ciência Espiritual, em sua atual concepção, estar apenas no início de sua atuação. Seu desenvolvimento subsequente o levará a introduzir-se

<sup>5</sup> Gotthold Ephraim Lessing (1729–1781), em carta de 16.2.1759: “Eu sou esse ninguém: eu nego isso.” Vide *Lessings Werke* (Leipzig, Reclam, 6 vols.), vol. 5, VII, 17ª carta, p. 232.

<sup>6</sup> Helena P. Blavatsky (1831–1891), fundadora do movimento teosófico. (N.E.)

<sup>7</sup> Gustav Schmoller (1838–1917), economista e historiador; Adolf Wagner (1835–1917), economista, representante do assim chamado ‘socialismo catedrático’; Lujo Brentano (1844–1931), economista.

em todos os campos da prática. Então se poderá mostrar, por exemplo, que, quanto à ‘questão social’, em lugar de teorias bastante toleráveis quando trabalhadas ‘na escrivadinha’ surgirão outras que capacitarão o discernimento a julgar a *vida* de modo isento e imprimirão à vontade a direção para ações que promovam a felicidade e o bem-estar das outras pessoas. Muitos dirão que justamente o caso Kolb demonstra quão desnecessária é a referência à Ciência Espiritual. Dirão que seria suficiente aqueles que se preparam para alguma profissão se defrontarem com a vida, para assim, ao lado da formação teórica, conhecerem a prática, pois o que Kolb havia aprendido até então fora suficiente para fazê-lo mudar de opinião ao deparar-se com a vida. *Não*, isto não é suficiente, pois a falha tem raízes mais profundas. Alguém que constrói pontes que caem ainda não está apto a construí-las bem pelo simples fato de ter reconhecido falhas em sua formação. Primeiro ele deverá adquirir uma formação adequada. É suficiente olhar as condições sociais, mesmo tendo-se uma teoria incompleta das leis da vida, para deixar de considerar vagabundos todos os que não trabalham. Pelas próprias condições, poder-se-á compreender por que determinada pessoa não trabalha. Mas será que isto é suficiente para se aprender a estruturar as condições de maneira a promover a prosperidade humana? Todas as pessoas bem-intencionadas que apresentaram planos para melhorar a sorte humana certamente não pensavam como Kolb *antes* da sua viagem aos EUA; todos, mesmo antes de uma tal expedição, com certeza estariam convencidos de que não se pode simplesmente chamar de vagabundos os que vão mal. Mas por acaso isto significa que suas propostas de reforma sejam frutíferas? Não, e já não podem sê-lo pelo simples fato de tanto se contradizerem. Por esta mesma razão, também é certo dizer que tampouco os planos do conselheiro Kolb após sua conversão podem ser muito efetivos. O grande engano da atualidade, neste sentido, é justamente qualquer um considerar-se apto a compreender a vida, ainda que não tenha estudado suas leis básicas nem treinado o pensar para, então, perceber suas verdadeiras forças. A Ciência Espiritual prepara um julgamento sadio a respeito da vida por estudá-la a fundo. De nada adianta perceber que as condições são responsáveis pela desfavorável situação de vida das pessoas; devemos, isto sim, conhecer as *forças* por cujo intermédio se podem criar condições favoráveis. E nossos eruditos economistas não sabem disto por uma razão semelhante àquela pela qual quem não sabe fazer contas não consegue calcular. Se colocarem diante dele uma série de operações, ele não chegará a resultado algum: simplesmente *ver* não o ajuda em nada. Se, por outro lado, colocarem diante da realidade alguém cujo pensar nada compreende das forças básicas da vida social, ele nada poderá esclarecer sobre o modo como as forças sociais, entrelaçando-se, provocam o bem e o mal-estar das pessoas, e isto por mais que as descreva.

Em nossos tempos, precisamos de uma concepção existencial que conduza às verdadeiras fontes da vida; e a Ciência Espiritual pode ser essa concepção. Muito poderíamos progredir se todos os que desejam formar uma opinião a respeito do que é ‘socialmente urgente’ procurassem primeiro passar pelos ensinamentos de vida da Ciência Espiritual. A objeção de que os simpatizantes desta ciência apenas ‘falam’ e não ‘agem’ vale tão pouco quanto aquela segundo a qual as opiniões da Ciência Espiritual ainda não se comprovaram e que, portanto, poderiam revelar-se inaptas, assim como ocorreu com a teoria econômica do sr. Kolb. A primeira objeção não procede, pois não se pode ‘agir’ enquanto os caminhos para tal se encontram barrados. Por mais que um conhecedor da alma saiba o que um pai deve fazer para educar seus filhos, ele não poderá ‘agir’ se o pai não o convidar a ser o educador. Neste sentido, deve-se esperar com paciência até que o ‘falar’ dos que se ocupam com a Ciência Espiritual tenha esclarecido os que têm poder para ‘agir’. E isto há de ocorrer. A outra objeção não é menos insignificante, e pode ser

feita apenas pelos que desconhecem de todo as verdades básicas da Ciência Espiritual. Quem as conhece sabe que elas não se apresentam como algo a ser ‘experimentado’. As leis do bem-estar do ser humano encontram-se nas raízes da alma tal qual lá se encontram as tabuadas. Basta o suficiente aprofundamento nessa base ancestral da alma humana. Certamente se pode tornar *visível* o que aí está gravado, assim como se pode tornar visível que dois mais dois são quatro colocando quatro feijões em dois grupos de dois. Mas quem afirmaria que a verdade “dois mais dois são quatro” deve primeiro ser provada com feijões? A coisa é realmente assim: quem duvida de uma verdade da Ciência Espiritual ainda não a *reconheceu*, da mesma maneira como só pode duvidar que “dois mais dois são quatro” quem ainda não o haja reconhecido. A semelhança entre estas duas situações existe, por mais que em outro sentido se distingam pelo fato de uma ser tão simples e a outra tão complexa. Evidentemente isto não pode ser verificado enquanto não se penetra nos conteúdos da própria Ciência Espiritual. É por esta mesma razão que tal fato não pode ser ‘provado’ a um desconhecedor da Ciência Espiritual. Pode-se apenas dizer: primeiro conheçam a Ciência Espiritual, e logo também obterão clareza a respeito de tudo isso.

A grande vocação da Ciência Espiritual em nossos tempos se mostrará quando ela já tiver atuado como fermento em todas as esferas da vida; enquanto o caminho que conduz a essas esferas ainda não tiver sido plenamente tomado, os simpatizantes da Ciência Espiritual estarão ainda no início de sua atuação, e provavelmente terão de aturar a crítica de que seus ensinamentos são inimigos da vida. Sim, eles o são tanto quanto as ferrovias eram inimigas da vida para quem podia ver ‘a verdadeira vida’ apenas nas antigas carruagens. Os ensinamentos da Ciência Espiritual são tão inimigos da vida quanto o futuro é inimigo do passado.

## II.

### Proveito próprio ou bem comum?

Com relação à ‘questão social’, existem dois pontos de vista diametralmente opostos. Um deles vê a origem do bem e do mal social no próprio ser humano, enquanto o outro a encontra nas condições em que as pessoas vivem. Os representantes da primeira opinião procurarão promover o progresso buscando aperfeiçoar a atividade físico-espiritual e os sentimentos morais do homem, enquanto os que tendem à segunda tentarão melhorar as condições de vida, pois acreditam que a atividade e os sentimentos morais do ser humano se elevarão por si mesmos se as pessoas puderem viver satisfatoriamente. Não se pode negar que esta segunda visão se encontra, atualmente, em ampla difusão. Dar ênfase à primeira é considerado, em muitos círculos, expressão de um pensar retrógrado. Diz-se que quem luta com extremas necessidades de sol a sol não pode desenvolver suas forças morais e espirituais. “Dêem-lhe pão antes de falar-lhe de assuntos espirituais.”

Esta última afirmação se transforma facilmente em crítica, principalmente quando confrontada com aspirações como as da Ciência Espiritual. E os que levantam tais críticas não são dos mais insensatos. Eles dizem que o teósofo típico dificilmente desce das altas esferas do *Devachan*<sup>8</sup>, preferindo conhecer dez palavras de sânscrito a informar-se sobre o que é renda fundiária.

É natural que se faça esta crítica da seguinte maneira: — Mostra-se como, em nossos

---

<sup>8</sup> Plano espiritual intermediário entre duas sucessivas vidas terrenas (em tibetano: ‘morada dos deuses’). (N.E.)

tempos, famílias de oito pessoas vivem ‘enlatadas’ num único cômodo, a ponto de lhes faltar até mesmo ar e luz, sendo elas obrigadas a enviar suas crianças à escola abatidas por fraqueza e fome. Então pergunta-se: “Os que procuram o bem das massas não deveriam dirigir todos os seus esforços para criar ajuda em tais condições? Em lugar das doutrinas espirituais, não deveria ocupá-los a pergunta sobre como eliminar a miséria social? Que a Ciência Espiritual desça de seu isolamento frio até as pessoas, até o povo; coloque franca e seriamente a exigência ética da fraternidade universal à frente de seu programa e atue de acordo com isso, sem se preocupar com as conseqüências; transforme em ação social as palavras de Cristo sobre o amor ao próximo, e então se tornará, para sempre, um precioso e definitivo patrimônio da humanidade.”

Os que levantam esse tipo de objeção à Ciência Espiritual fazem-no com boas intenções. Sim, devemos até mesmo dar-lhes razão a respeito de muitos dos que se ocupam com as doutrinas científico-espirituais. Não há dúvida de que, entre esses, muitos estão preocupados apenas em satisfazer suas próprias necessidades espirituais, apenas querendo saber algo a respeito da ‘vida superior’, do destino da alma depois da morte, etc. E certamente não é errado dizer que, atualmente, parece mais necessário promover atividades que beneficiem a comunidade ou que desenvolvam as virtudes do amor ao próximo, ou ainda o bem-estar dos homens, do que, solitariamente, cultivar qualquer dom superior adormecido nas profundezas da alma. Esta última atitude poderia ser atribuída a pessoas de um egoísmo refinado, para quem o bem-estar da própria alma se encontra acima das virtudes humanas gerais. Não é menos freqüente se ouvir que o interesse pelas aspirações da Ciência Espiritual pode surgir apenas nos que estão ‘bem de vida’ e que, portanto, também podem dedicar seu ‘tempo ocioso’ a essas coisas; e quem é obrigado a labutar o dia todo por um mísero salário não deveria empanturrar-se com belas frases sobre a união dos homens, a ‘vida superior’ e coisas semelhantes.

Certamente existem muitos, inclusive entre os que têm uma aspiração esotérica, que pecam no sentido acima exposto. Porém não é menos certo que uma vida em consonância com uma ciência espiritual corretamente compreendida deva, obrigatoriamente, conduzir o ser humano, também como indivíduo, às virtudes do trabalho abnegado e da atuação em favor da comunidade. De qualquer forma, a Ciência Espiritual não pode *impedir* ninguém de ser uma pessoa tão boa quanto as outras que nada sabem ou nada querem saber a respeito dela. Contudo, nada disto atinge o principal com respeito à ‘questão social’. Para isso é preciso muito mais do que querem admitir os contestadores da Ciência Espiritual. Tampouco existe dúvida de que, para melhorar as condições sociais, muito pode ser alcançado com os meios propostos por vários grupos. Um partido quer isto e outro aquilo, e muitas exigências partidárias, quando examinadas por um pensar claro, mostram conter o melhor cerne, enquanto outras se revelam simples quimeras.

Owen, que viveu de 1771 a 1858, certamente um dos mais nobres reformadores sociais, enfatizou repetidas vezes que o homem é determinado pelo meio — que o caráter humano não é formado por ele próprio, mas pelas condições de vida em que se desenvolve<sup>9</sup>. De maneira alguma se pretende aqui contrariar o óbvio e correto nestas frases. Menos ainda devem elas ser tratadas com indiferença, apesar de sua relativa evidência. Trata-se, isso sim, de admitir que muito se pode melhorar quando as atuações na vida pública se orientam por tais conhecimentos. Portanto, a Ciência Espiritual não impedirá ninguém de participar de obras que, orientadas por esses mesmos conhecimentos, procuram melhorar a sorte das classes necessitadas. Só que a Ciência Espiritual *deve* ir mais a fundo, pois tais meios jamais poderão promover um progresso *decisivo*.

---

<sup>9</sup> Robert Owen, *Der Wahrheitspfad. Dhammapadarn*, um memorial budista traduzido do páli por Karl Eugen Neumann (2. ed. Munique, 1921), XVIII, capítulo sobre a ira, pp. 55–57.

Quem não admite isto deixou de ver de onde vêm essas condições de vida em que se encontram as pessoas, pois a vida dos seres humanos depende dessas condições na mesma medida em que estas, por sua vez, são provocadas por seres humanos. Ou então: quem tomou as medidas que redundaram em riqueza de uns e pobreza de outros? Quem mais, senão outras pessoas? E a realidade desta situação em nada é afetada pelo fato de, em sua maioria, essas ‘outras pessoas’ terem vivido *antes* daquelas que agora sofrem ou se beneficiam das condições em que se encontram. Os sofrimentos que a própria *natureza* inflige aos homens têm apenas uma relação indireta com a situação *social*. Esses sofrimentos devem ser amenizados, ou totalmente eliminados, justamente pela atuação humana. Se não ocorrer o necessário para tal, a falha estará apenas nas instituições humanas. Um conhecimento mais aprofundado das coisas nos ensinará que todos os males chamados – e com razão – sociais são também provenientes de ações humanas. Neste sentido, certamente não o ser humano individual, mas a humanidade como um todo, é ‘forjadora de sua própria sorte’.

*Isto*, porém, é tão certo quanto é verdadeiro o fato de que, numa abrangência maior, nenhuma parte apreciável da humanidade, nenhuma casta ou classe provoca o sofrimento de outra com más intenções. Tudo o que se afirma neste sentido denota simples falta de discernimento. Isto deve ser dito, apesar de evidente, porque na prática é freqüentemente ignorado, apesar da facilidade com que racionalmente se reconhecem tais coisas. Todo explorador de seu próximo preferiria que as vítimas de sua exploração *não* tivessem de sofrer. Muito poderíamos progredir se isso fosse não apenas considerado óbvio, mas se os sentimentos e as sensações se orientassem neste sentido.

“Sim, mas o que devemos fazer com este tipo de afirmação?” – retrucarão muitos dos ‘que pensam em termos sociais. ‘Acaso o explorado deve posicionar-se de maneira benévola diante de seu explorador? Não é mais do que compreensível o primeiro odiar o segundo e, a partir deste ódio, ser levado a tomar seu próprio partido? Seria mesmo uma receita muito ruim” – assim prosseguirão – “se o oprimido fosse persuadido a amar o próximo, mesmo sendo este seu opressor, como por exemplo no sentido da frase do grande Buda: ‘Apenas o amor, e não o ódio, superará o ódio’.”

Não obstante, o conhecimento que parte desse ponto é o único que pode, nos tempos atuais, levar a um verdadeiro pensamento social’. Aqui é justamente onde entra a atitude da Ciência Espiritual, pois ela não deve permanecer apegada apenas à superfície da compreensão, ou seja, não pode somente mostrar que estas ou aquelas condições de vida geram a miséria, mas deve avançar para o conhecimento das causas que criaram e ainda criarão essas condições. E, diante destas questões mais profundas, a maioria das teorias sociais se evidenciam apenas ineficazes, quando não mero palavrário.

O pensamento que permanece na superfície atribui um poder infundado às condições exteriores, pois estas são apenas *expressão* de uma *vida interior*. E da mesma maneira como só compreende o corpo humano quem sabe que este é a expressão da alma humana, assim também só poderá julgar corretamente as instituições externas quem reconhecer que elas não passam de criação das almas humanas, as quais encarnam nelas seus sentimentos, atitudes e pensamentos. As condições em que vivemos são criadas por nossos semelhantes; e nunca seremos capazes de criá-las melhores se não partirmos de pensamentos, atitudes e sentimentos diferentes do que eles tiveram.

Observem-se tais coisas em detalhes. Exteriormente, é fácil considerar opressor aquele que pode viver pomposamente, andar de trem na primeira classe, etc.; e como explorado aparecerá aquele que é obrigado a vestir-se mal e andar na quarta classe. Porém não é necessário alguém ser um indivíduo impiedoso nem um reacionário, ou coisa similar, para compreender claramente o seguinte: ninguém é oprimido ou explorado pelo fato de

eu me vestir desta ou daquela maneira, mas apenas por eu pagar pouco ao trabalhador que me fez esta roupa. *Neste sentido*, o trabalhador pobre que adquire sua roupa de má qualidade por pouco dinheiro está diante de seu próximo na mesma situação do rico que encomenda uma vestimenta melhor. Sendo pobre ou rico, eu exploro quando adquire coisas que não são pagas suficientemente. Ninguém, em realidade, poderia chamar um outro de opressor, pois bastaria examinar a si mesmo com clareza para logo descobrir também o ‘explorador’ dentro de si. Será que o trabalho que voce é obrigado a entregar ao rico é entregue *apenas* a ele por um mau pagamento? Não; aquele que está ao seu lado lamentando-se da opressão adquire o trabalho de você sob as mesmas condições. Pensar isto a fundo fará surgir um ‘pensamento social’ com pontos de referência diferentes dos usuais.

Raciocinar nessa direção poderá esclarecer-nos a respeito da necessidade de separar totalmente os conceitos ‘rico’ e ‘explorador’. Hoje, o fato de alguém ser rico ou pobre se deve ao seu próprio esforço ou ao de seus antepassados, ou a outras coisas bem diferentes. Porém ser explorador da força de trabalho dos outros nada tem a ver com isto, pelo menos não diretamente; por outro lado, está relacionado com outras coisas, principalmente com o fato de nossas instituições estarem baseadas no princípio do *proveito próprio*. É necessário pensar claramente a respeito destas coisas para não chegar à mais distorcida compreensão do que está sendo dito aqui. As condições atuais fazem parecer muito natural que eu procure pagar o mínimo possível ao adquirir determinada roupa. Isto significa que tenho em mira apenas *minha pessoa*. Com isso está indicado o ponto de vista que rege toda a nossa vida. Será fácil agora replicar: “Mas não é justamente esse mal que os partidos e pessoas com visão social procuram eliminar? A proteção do ‘trabalho’ não é um de seus objetivos? A melhora dos salários e a diminuição do tempo de trabalho não são exigências das classes trabalhadoras e de seus representantes?” Já dissemos mais acima que, do ponto de vista do presente, nada deverá ser argumentado contra tais medidas e exigências; mas isto não significa que se pretenda tomar a palavra em favor de qualquer exigência partidária. Do ponto de vista aqui tratado, não vem ao caso posicionar-se nem ‘a favor’ nem ‘contra’ algum partido. Isto, por ora, fica totalmente fora do método de observação da Ciência Espiritual.

Não há dúvida de que muitas medidas podem ser introduzidas para proteger esta ou aquela classe trabalhadora, e de que a situação de vida de determinados grupos pode ser melhorada; porém a exploração, em sua *essência*, não terá sido amenizada, pois ela depende do fato de uma pessoa adquirir os produtos do trabalho do outro visando ao *proveito próprio*. Não vem ao caso se eu possuo muito ou pouco: se me utilizo do que tenho para satisfazer meu interesse próprio, o outro *deve* estar sendo explorado. Mesmo a tentativa de proteger seu trabalho permanecerá algo apenas aparente caso eu continue nesta posição. Se eu pagar mais pelo trabalho do outro, ele também deverá pagar mais pelo meu, já que a vantagem de um não deve resultar em desvantagem para o outro.

Para maior clareza, daremos outro exemplo. Se eu comprar uma fábrica para ganhar bastante por meio dela, estarei preocupado em conseguir mão-de-obra a mais barata possível, etc. Tudo o que eu fizer estará visando ao proveito próprio. Por outro lado, minhas medidas terão um cunho totalmente diverso se eu comprar a fábrica com o objetivo de prover duzentas pessoas da melhor forma possível. Do ponto de vista prático, *hoje* certamente não pode haver muita diferença entre os dois casos citados; mas isto se deve ao fato de um único indivíduo altruísta não poder realizar muito numa comunidade que, de resto, se baseia no proveito próprio. A coisa, porém, seria bem diferente se o trabalho altruísta fosse *generalizado*.

Um pensador ‘prático’ dirá, obviamente, que a simples ‘boa intenção’ não dará a

ninguém a possibilidade de melhorar o salário de seus trabalhadores, pois a boa intenção não aumentaria o rendimento de suas mercadorias, e sem isto tampouco seria possível melhorar as condições do operário. Justamente aqui se trata de reconhecer que essa objeção é um engano total. Todos os interesses e, com isto, as condições de vida se transformam quando, ao adquirir alguma coisa, não temos mais em mira o *nosso* proveito, mas o *dos outros*. O que pode ocupar alguém que só saiba servir a seu próprio bem-estar senão o objetivo de ganhar o máximo possível? Ele não poderá levar em consideração o modo *como* os outros têm de trabalhar para satisfazer *às suas* necessidades. Ele deve, portanto, desenvolver suas forças na *luta* pela existência. Ao fundar um empreendimento que me traga o máximo rendimento possível, eu não estou preocupado em saber de que forma são postas em movimento as forças que trabalham para mim; mas se minha pessoa não entrar em questão, e sim apenas a pergunta “Como pode o meu trabalho servir aos outros?”, tudo será diferente. Nada me levará, então, a empreender algo que possa prejudicar outrem. Eu estarei empenhado em pôr minhas forças não mais a meu serviço, mas ao dos outros; e isto resultará num desenvolvimento totalmente diferente das forças e habilidades das pessoas. O modo como isto modifica, *na prática*, as condições de vida está exposto no final do livro.

### III. A Lei Social Principal

Em certo sentido, Robert Owen pode ser considerado um gênio na prática da atuação social. Duas de suas habilidades podem justificar esta qualificação: uma percepção aguçada para encontrar instituições socialmente úteis e um nobre amor ao ser humano. Basta observar o que ele realizou graças a estas suas qualidades para se estimar corretamente o alcance do significado delas. Em New Lanark ele criou instalações industriais exemplares, ocupando os trabalhadores de tal forma que lhes foi permitido viver de maneira digna, não apenas materialmente, mas também em condições moralmente satisfatórias. As pessoas lá reunidas eram, em parte, degeneradas e entregues ao alcoolismo. Em meio a elas ele introduziu outras pessoas que podiam influenciar pelo exemplo. E assim foram alcançados resultados dos mais favoráveis. O êxito de Owen nos impossibilita de colocá-lo no mesmo nível de outros ‘reformadores’ fantasiosos – os assim chamados utopistas. Ele se manteve no âmbito de instituições práticas e realizáveis, e qualquer pessoa, por menos sonhadora que fosse, podia esperar que por intermédio delas fosse eliminada a miséria do mundo, ainda que numa área relativamente limitada. Tampouco foge ao âmbito prático acreditar que uma área pequena possa atuar como modelo e venha a incentivar gradativamente o desenvolvimento sadio do destino humano no sentido social.

Provavelmente o próprio Owen pensava assim – e por isto arriscou-se a dar mais um passo no caminho tomado. Em 1824 dedicou-se à criação de um estado-modelo na região de Indiana, nos Estados Unidos. Adquiriu terras nas quais pretendia criar uma comunidade humana baseada na liberdade e na igualdade. Todas as medidas necessárias foram tomadas para impedir a exploração e a servidão. Quem se propõe tal tarefa deve trazer consigo as mais belas virtudes sociais: o desejo profundo de tornar seus próximos felizes e a fé na bondade da natureza humana. Deve ser de opinião de que a natureza humana por si desenvolverá a vontade para o trabalho se o êxito desse trabalho parecer assegurado.

Essa fé era tão forte em Owen que as experiências teriam de ser muito ruins para fazê-lo vacilar nisso.

E essas experiências ruins realmente aconteceram. Depois de nobres esforços, Owen foi obrigado a reconhecer que “a realização de tais colônias deveria fracassar se antes não fosse transformada a moral geral; e seria de mais valor atuar sobre a humanidade pelo caminho teórico, e não pelo prático”.<sup>10</sup>

Esse reformador social foi obrigado a formar tal opinião pelo fato de haver um grande número de desmotivados que queriam relegar o trabalho a outros, causando brigas, lutas e, pôr fim, a falência da colônia.

A experiência de Owen pode ser de valia para todos os que realmente querem aprender. Ela pode conduzir instituições artificialmente idealizadas e criadas em benefício da humanidade a um trabalho social frutífero, que conte com a verdadeira realidade.

A experiência pôde curar Owen de sua crença de que a miséria humana é provocada apenas pelas ‘más instituições’ em que as pessoas vivem, e de que a bondade da natureza humana se revelaria por si mesma quando estas instituições fossem melhoradas. Ele foi obrigado a convencer-se de que as boas instituições podem ser mantidas apenas quando as pessoas que delas participam estão dispostas a preservá-las, vinculando-se a elas com participação calorosa.

Assim sendo, poder-se ia concluir qtie seria necessário instruir teoricamente as pessoas para as quais se deseja criar instituições, esclarecendo-as, por exemplo, a respeito da retidão e dos objetivos pertinentes às medidas a serem adotadas. Uma pessoa isenta tiraria facilmente essa conclusão da confissão de Owen. Porém um resultado real e prático só poderá ser obtido se a questão for mais aprofundada. Devemos avançar da simples fé na bondade da natureza humana, que enganara Owen, para um verdadeiro *conhecimento do ser humano*. Por maior que fosse a clareza que os homens adquirissem a respeito da conveniência de determinadas instituições e da possibilidade de, por meio delas, alcançar o bem para a humanidade, toda essa clareza não conduziria, *no decorrer do tempo*, à meta esperada; e isto porque *a partir dessa* clareza o homem não poderá desenvolver o estímulo para o trabalho se, por outro lado, estiverem presentes nele os impulsos baseados no egoísmo. Esse egoísmo faz, por enquanto, parte da natureza humana e se torna presente nos sentimentos do homem quando este tem de viver e trabalhar com outros no âmbito da sociedade. É quase inevitável isto levar, na pratica, a maioria das pessoas a privilegiar as instituições por meio das quais o indivíduo possa satisfazer da melhor forma suas próprias necessidades. Assim, sob a influência dos sentimentos egoístas a questão social é formulada da seguinte maneira: quais as instituições e medidas sociais devem ser tomadas para que cada um possa obter *para si* o resultado de seu trabalho? Atualmente, com a predominância do pensamento materialista, são poucos os que contam com outras premissas. Quantas vezes não se ouve expressa, como se fosse verdade óbvia, a opinião de que seria absurda uma ordem social que pretendesse fundamentar-se no bem-querer e na compaixão humana! Acredita-se muito mais que uma comunidade, como um todo, tem a possibilidade de prosperar mais quando o indivíduo pode embolsar ‘todo’ ou, pelo menos, a maior parte do rendimento de seu trabalho.

A Ciência Espiritual, baseada num conhecimento mais profundo do mundo e do ser humano, ensina justamente o contrário. Ela mostra que toda a penúria humana é consequência apenas do egoísmo, e que mais cedo ou mais tarde uma comunidade de pessoas baseada, de alguma forma, no egoísmo se confrontará necessariamente com a miséria, a pobreza, a penúria. Para se reconhecer isto são necessários conhecimentos mais profundos do que os que aparecem sob o rótulo de Ciência Social. Essa ‘Ciência Social’ conta apenas com o lado exterior, deixando de levar em conta as forças mais profundas da vida humana.

---

<sup>10</sup> Vide *Report to the country of Lanark, of a plan for Relieving Public Distress...* (Londres, 1832), apêndice, pp. 71–75. A citação foi feita livremente por Rudolf Steiner.

Sim, atualmente é difícil até mesmo despertar na maioria das pessoas o simples sentimento em relação à possibilidade da existência dessas forças. Quem lhes fala de tais coisas é considerado um fantasista nada prático. Agora, porém, não é possível fazer aqui nem mesmo uma tentativa de desenvolver uma teoria social baseada nessas forças mais profundas. Para isso seria necessário uma obra mais detalhada. Por ora, apenas uma coisa pode ser feita: indicar as verdadeiras leis do trabalho humano conjunto e expor as reflexões resultantes do conhecimento dessas leis. Porém a plena compreensão só pode ser obtida por quem adquire uma cosmovisão baseada na Ciência Espiritual. O objetivo deste periódico<sup>11</sup> é justamente transmitir essa cosmovisão, mas isto não pode ser esperado de um único ensaio sobre a questão social'. Tudo o que se pode fazer aqui é lançar, do ponto de vista esotérico, um foco de luz sobre esta questão. Certamente existirão pessoas que, pelo sentimento, reconhecerão o que aqui só pode ser abordado resumidamente, sendo impossível expô-lo em todos os detalhes.

Assim, a Lei Social Principal apresentada pela Ciência Espiritual é a seguinte: “*O bem<sup>12</sup> de uma integralidade<sup>13</sup> formada por pessoas que trabalham em conjunto será tanto maior quanto menos o indivíduo exigir para si os resultados de seu trabalho, ou seja, quanto mais ele ceder esses resultados a seus colaboradores, e quanto mais suas necessidades forem satisfeitas não por seu próprio trabalho, mas pelo dos demais.*” Todas as instituições que, no âmbito de uma comunidade humana, contrariam esta lei provocarão necessariamente, a longo prazo, miséria e penúria em algum lugar. Esta lei básica tem, para a vida social, uma validade tão exclusiva e necessária quanto é válida uma lei natural para determinada área de fenômenos naturais. Porém não se deve pensar que seria suficiente aplicar esta lei apenas do ponto de vista moral e querer transformá-la numa simples atitude, a partir da qual todos devessem trabalhar para o próximo. Não; esta lei só atuará como deve quando uma integralidade de pessoas conseguir criar instituições em que ninguém possa reivindicar para si frutos do próprio trabalho, e sim em que esses frutos sejam, de preferência, totalmente revertidos em benefício do todo. Por outro lado, cada indivíduo deve ser mantido pelo trabalho dos demais. O importante, aqui, é que trabalhar para o próximo e ter determinada receita sejam coisas totalmente separadas uma da outra.

Os que se consideram ‘pessoas práticas’ só poderão sorrir diante deste ‘idealismo horripilante’. O cientista espiritual não se ilude a esse respeito. No entanto, a lei acima é mais prática do que qualquer outra idealizada ou introduzida por um ‘prático’, pois quem realmente examinar a realidade poderá perceber que toda comunidade humana tem dois tipos de instituições. Uma delas corresponde a esta Lei, e a outra a contradiz. Assim deve ser por toda parte, quer se queira ou não, pois qualquer integralidade de pessoas seria desfeita se o trabalho do indivíduo não fluísse para o todo. Porém o egoísmo humano sempre contrariou esta lei: procurou extrair do trabalho o máximo possível para o próprio indivíduo; e toda penúria, pobreza e miséria sempre foram consequência desse egoísmo. Isto significa que instituições humanas criadas por ‘práticos’ que tenham levado em conta o egoísmo sempre deverão resultar ineficientes.

É óbvio que não se trata apenas de reconhecer tal lei; a verdadeira prática começa com a pergunta: como pode essa lei ser transformada em realidade? E fica claro que ela não diz nada menos do que: “O bem-estar humano é tanto maior quanto menor é o

11 A revista alemã *Lucifer-Gnosis*, editada por R. Steiner na época. (N.E.)

12 O termo alemão *Heil*, traduzido simplesmente por ‘bem’, significa também ‘saúde’, ‘bem-estar’, ‘harmonia’, etc., e portanto não pode ser traduzido literalmente. (N.T.)

13 A palavra alemã *Gesamtheit*, neste contexto, deve permitir uma interpretação que vá além de ‘mera soma indefinida de indivíduos’, o que não seria possível se traduzida simplesmente por ‘totalidade’. Portanto, para chegar a esse conceito mais amplo fomos levados a optar pela palavra ‘integralidade’, que embora não conste nos dicionários parece viável, considerando-se a estrutura da língua portuguesa. (N.T.)

egoísmo.” A realização dessa lei, portanto, depende de pessoas que encontrem o caminho para sair do egoísmo. Porém isto será praticamente impossível se a medida do bem-estar ou do mal-estar do indivíduo for determinada por seu trabalho. Quem trabalha *para si* sucumbe aos poucos, *necessariamente*, ao egoísmo. Somente quem trabalha totalmente para os outros pode tornar-se gradativamente um trabalhador não-egoísta.

Existe, porém, uma premissa para tal: quando alguém trabalha para outro, é necessário que ele encontre nesse outro o motivo para seu trabalho; e, da mesma forma, é necessário que quem deve trabalhar para uma integralidade de pessoas também reconheça o valor, a natureza e o significado dessa integralidade. Porém isto ele só conseguirá se essa integralidade for algo completamente diferente de uma mera soma indefinida de indivíduos. Ela deve estar imbuída de um espírito real, do qual todos participem; deve ser de tal natureza que cada um possa dizer: “Ela está certa, e eu *quero* que seja assim.” Essa integralidade deve ter uma missão espiritual, e cada qual deve querer contribuir para que essa missão se realize. Todas as idéias progressistas, abstratas e indefinidas, das quais normalmente se fala, não podem representar essa missão. Se apenas elas predominarem, haverá indivíduos aqui e grupos acolá que não verão sentido em seu próprio trabalho além do objetivo de satisfazer as necessidades de seus dependentes ou, ainda, de seus interesses do momento. Esse espírito da integralidade deve vibrar até no último indivíduo que a compõe.

Desde sempre, o bem-estar só pôde acontecer onde, de alguma maneira, a vida esteve imbuída do espírito do todo.

O cidadão individual de uma cidade da Grécia antiga, ou mesmo de uma cidade livre da Idade Média, tinha pelo menos um sentimento vago a respeito de tal espírito. Não é válida a objeção de que, na antiga Grécia, por exemplo, as respectivas instituições só eram possíveis porque havia um exército de escravos que realizavam o trabalho para os ‘cidadãos livres’ e que, portanto não eram impelidos ao trabalho pelo espírito do todo, mas pela força. Este exemplo nos mostra apenas que a vida humana está sujeita ao desenvolvimento. Atualmente a humanidade atingiu um estágio em que é impossível solucionar a questão social da forma como ocorreu na antiga Grécia. Mesmo o mais nobre dos gregos considerava a escravidão uma necessidade humana, e não uma injustiça. É por esta razão que o grande Platão pôde desenvolver um ideal de Estado em que o espírito da integralidade se realiza de modo a que a maioria seja forçada ao trabalho pela minoria esclarecida.<sup>14</sup> Hoje, porém, a tarefa consiste em conduzir os homens a uma situação em que cada um realize o trabalho para a integralidade a partir de seu próprio impulso interior.

Ninguém deveria, portanto, procurar para a questão social uma solução válida em todos os tempos, mas apenas a forma de estruturar seu pensamento e sua atuação social considerando as necessidades do presente. Na verdade, hoje nenhum indivíduo poderia desenvolver ou aplicar uma teoria que, como tal, solucionasse a questão social. Ele precisaria do poder para forçar determinado número de pessoas a viver nas condições criadas por ele. Não há dúvida de que as coisas teriam funcionado se Owen tivesse tido a possibilidade e a vontade de obrigar ao trabalho as pessoas de sua colônia; mas é justamente este tipo de obrigação que não pode haver no presente. Deve-se criar a situação em que seja possível a cada um fazer voluntariamente o que lhe cabe, na medida de suas habilidades e forças. Contudo, é justamente por esta razão que nunca se trataria de influenciar ‘teoricamente’ as pessoas (conforme conclui Owen), transmitindo-lhes simplesmente uma idéia a respeito da melhor forma de organizar as condições

---

<sup>14</sup> Certamente Steiner se refere à manutenção da escravatura na descrição do Estado ideal feita por Platão em sua obra *Politeia* (O Estado).

econômicas. Uma simples teoria econômica jamais poderá tornar-se um impulso contra as forças egoístas. Uma teoria dessas pode provocar um certo impulso que, *pelas aparências*, se assemelhe a um idealismo, mas com o tempo ela não poderá ser útil a ninguém. Quem incutir esse tipo de teoria numa multidão de pessoas sem acrescentar algo realmente espiritual estará pecando diante do verdadeiro sentido da evolução humana.

A única coisa capaz de ajudar é uma cosmovisão espiritual que por si mesma, pelo que tem a oferecer, se introduza nos pensamentos, nos sentimentos e na vontade, ou seja, na alma humana como um todo. A fé de Owen na bondade da natureza humana é apenas parcialmente certa, mas por outro lado é uma das piores ilusões. Ela é certa porque em todo homem existe um 'Eu Superior' que pode ser acordado, mas isto só poderá ocorrer mediante uma concepção de mundo que tenha as qualidades acima mencionadas. Se as pessoas forem levadas para instituições como aquelas planejadas por Owen, a comunidade poderá prosperar no mais belo sentido; mais cedo ou mais tarde, porém, o lado bom dessas instituições se desviará para o mal caso lhes sejam introduzidas pessoas sem essa concepção de mundo. Nesse tipo de pessoas, justamente as instituições que promovem o bem-estar material reforçarão o egoísmo e, com o passar do tempo, provocarão pobreza, penúria e miséria. Está absolutamente certa esta afirmação de primordial significado: dando apenas pão, pode-se ajudar somente o indivíduo; só é possível ajudar uma integralidade de pessoas a obter seu pão ajudando-a a obter uma concepção de mundo. De nada adiantaria fornecer pão a *cada uma* dessas pessoas. O resultado seria que depois de algum tempo muitos estariam novamente sem pão.

As ilusões de certas pessoas que se pretendem benfeitoras do povo se desfazem diante do conhecimento destes princípios básicos, pois este conhecimento dificulta bastante o trabalho que visa ao bem social e faz com que seu êxito seja, em determinadas circunstâncias, apenas a soma de pequenos sucessos parciais. A maior parte daquilo que, atualmente, partidos inteiros consideram um santo remédio para a vida social revela-se baseado num conhecimento insuficiente da vida humana. Para uma visão mais aprofundada, todo partido, toda democracia, toda agitação de massas que ferir a lei acima citada perderá seu significado. Mas, por outro lado, eles poderão atuar favoravelmente se forem conduzidos conforme essa mesma lei. E uma grande ilusão acreditar que algum representante do povo cuja atuação contrarie a Lei Social Principal possa contribuir para o bem da humanidade.

Onde quer que essa lei apareça, ou onde quer que alguém atue em seu sentido e na medida de suas possibilidades (considerando-se o lugar que ocupa na sociedade), nesse lugar estará sendo promovido o bem, ainda que pequeno quando num caso individual. O progresso social, num sentido global, resulta apenas da soma dos efeitos parciais originados desta maneira. Porém é claro que também acontece de, em casos especiais, uma comunidade maior dispor de condições para alcançar de uma só vez um êxito maior. Hoje já existem comunidades que, em suas bases, preparam tais condições. Elas permitirão que a humanidade dê como que um salto em seu desenvolvimento social: A Ciência Espiritual conhece tais comunidades, mas não pode ser sua tarefa falar publicamente a respeito de tais coisas. Também existem meios para preparar maiores massas humanas para esse tipo de salto, que pode ser realizado num período previsível. Individualmente, porém, o que cada um pode fazer é atuar em sua área no sentido da referida lei — o que sempre é possível, por mais insignificante ou influente que seja a posição social ocupada por ele.

O mais importante, naturalmente, é que cada um procure os caminhos para uma concepção de mundo dirigida ao verdadeiro conhecimento do espírito. A Ciência Espiritual poderá vir a ser uma concepção assim caso se desenvolva cada vez mais de maneira a

corresponder ao seu proprio conteúdo e às suas potencialidades. Por seu intermédio o ser humano pode ficar sabendo que não nasceu por acaso, em algum lugar e momento, e sim que está onde está devido à lei causal espiritual, ao carma; pode reconhecer que seu destino, por certos motivos, o colocou na comunidade em que ele se encontra. A respeito de suas habilidades, ele também pode perceber que elas não são produtos do acaso, mas têm um sentido quando vistas em função dessa Lei causal; e poderá reconhecer tudo isto não de maneira a tornar esse reconhecimento apenas objeto de sua razão, mas a fazer com que gradativamente esse reconhecimento venha a preencher de vida toda a sua alma.

Nesse ser humano despontará o sentimento de estar correspondendo a um sentido superior ao trabalhar em conformidade com suas habilidades e com o lugar que ocupa no mundo. O resultado disso não será um idealismo obscuro, mas um poderoso impulso de todas as suas forças, e agir deste modo será para ele tão natural quanto beber e comer. Além disto, ele reconhecerá o sentido da comunidade humana à qual pertence; reconhecerá a maneira como sua comunidade se relaciona com as outras; e assim os espíritos individuais dessas comunidades poderão unir-se, formando uma imagem espiritual da missão una da raça humana como um todo. Então seu conhecimento poderá também ampliar-se da raça humana para o sentido de toda a existência terrena. Somente quem não se dispuser a conhecer melhor essa concepção de mundo poderá duvidar que ela necessariamente atue no sentido aqui exposto. Hoje em dia, poucas pessoas têm essa disposição; mas também é verdade que o raio de atuação da verdadeira Ciência Espiritual se amplia cada vez mais. E à medida que isso ocorrer, as pessoas poderão encontrar o que é adequado ao progresso social. Disto não se pode duvidar, pois até hoje aparentemente nenhuma concepção de mundo trouxe felicidade aos homens. Segundo as leis do desenvolvimento da humanidade, não foi possível, no passado, o que vem gradativamente surgindo no presente: uma concepção de mundo com a possibilidade de propiciar a todos os homens o referido resultado prático.

As concepções de mundo que existiram até hoje eram acessíveis apenas a certos grupos de pessoas. Por outro lado, no entanto, o bem que até hoje se fez parece dever-se somente a tais concepções. O bem de todos só poderá resultar de uma cosmovisão que possa impregnar as almas, inflamando-lhes a vida interior. O modo de pensar da Ciência Espiritual poderá provocar isto, desde que se desenvolva de acordo com suas verdadeiras potencialidades. Naturalmente não basta olhar para a forma que esse modo de pensar já assumiu; para reconhecer como correto o que foi dito, é necessário compreender que a Ciência Espiritual ainda deve desenvolver-se para alcançar sua grande missão cultural.

Por várias razões, até hoje ela ainda não pôde mostrar a feição que terá no futuro. Uma das razões é que deverá primeiro criar raízes em algum lugar. Por isso, deverá inicialmente dirigir-se a um grupo de pessoas que não pode ser outro senão aquele que, pelas características de seu desenvolvimento, anseia por novas soluções dos enigmas do mundo; um grupo que, pela formação anterior das pessoas que o compõem, pode compreender e participar de tais soluções. É óbvio que a Ciência Espiritual deve primeiramente apresentar seus ensinamentos numa linguagem adequada a esse grupo de pessoas. Na medida em que as condições o permitam, a Ciência Espiritual também encontrará as formas de expressão apropriadas para falar ainda a outros círculos. Somente quem quer dogmas prontos e rígidos pode acreditar que a forma atual dos ensinamentos da Ciência Espiritual seja definitiva, ou até mesmo a única possível. A Ciência Espiritual é obrigada a trabalhar devagar justamente porque não se trata de permanecer na teoria, ou apenas de satisfazer curiosidades. O já caracterizado progresso prático da humanidade faz parte de suas metas; mas ela só poderá promover esse progresso quando criar as condições para tal. Essas condições só poderão ser criadas conquistando-se pessoa por pessoa. O mundo só

progride quando os homens o *querem* – e esse trabalho só pode ser realizado passo a passo. Se assim não fosse, a Ciência Espiritual também exibiria apenas fantasias desvairadas, sem realizar nenhum trabalho prático.